



PROJETO DE LEI Nº 297, DE 19 DE Junho DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 19, 06 / 2018  
1º Secretário

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** É assegurado o direito ao fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

**Art. 2º** O fornecimento dos óculos se dará pelo Poder Público Estadual à criança comprovadamente carente, cujos responsáveis não tenham condições financeiras para suportar a respectiva despesa sem prejuízo da subsistência da família.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, considera-se comprovadamente carente a pessoa que comprove renda familiar mensal não superior a 3 (três) salários mínimos estipulados pelo Governo Federal.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.



**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)

Gabinete Parlamentar



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



## JUSTIFICATIVA

Uma pesquisa inédita estudou a visão de recém-nascidos com microcefalia, e o resultado se soma à lista de preocupações provocadas pela doença. Quase 40% dos bebês analisados apresentaram alterações na retina e problemas graves nos olhos.

É a primeira vez no mundo que um grupo de pesquisas confirma graves lesões nos olhos provocadas pela microcefalia associada ao zika vírus.

Setenta e nove bebês com suspeita de microcefalia foram examinados. Os exames de 55 foram concluídos. Em 40 deles, a má formação foi provocada por zika vírus; cerca de 40% deles tiveram problemas anatômicos na formação dos olhos.

A estrutura cerebral neurológica estando comprometida, compromete também o nervo óptico e as canálicas da retina. A visão das crianças se torna deficitária”, afirma Lina Ventura, presidente do Instituto Altino Ventura.

As duas alterações mais comuns foram: a atrofia da retina, que é uma espécie de cicatriz, e a alteração pigmentar, que são pequenas manchas na retina.

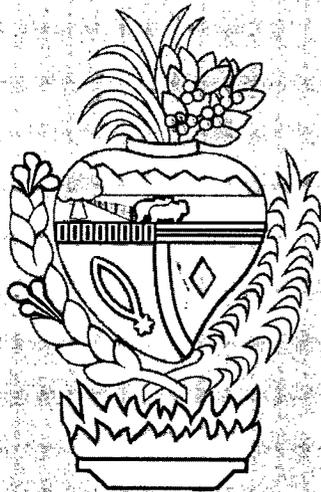
Na medicina isso ainda não era conhecido na doença. O comprometimento da visão vai ser avaliado, mas as lesões elas são muito sugestivas de que haverá uma perda da visão muito significativa em alguns destes pacientes”, expõe o professor de oftalmologia da Universidade de São Paulo, Maurício Maia.

Os médicos também confirmam: quanto mais cedo as grávidas tiveram o zika vírus, piores foram as consequências para os recém-nascidos.

Diante do exposto, submeto este projeto à apreciação dos meus Nobres Pares.

**PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA**, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.

  
**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**A CASA DO POVO**

PROCESSO LEGISLATIVO  
**Nº 2018002743**  
Data Autuação: 14/06/2018

**Projeto :** 297 - AL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. DIEGO SORGATTO  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA  
**Assunto:**  
DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO GRATUITO DE ÓCULOS ÀS CRIANÇAS QUE POSSUAM DEFICIÊNCIA OU ENFERMIDADE NA VISÃO DEVIDO A MICROCEFALIA.



2018002743



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



PROJETO DE LEI Nº 297, DE 19 DE Junho DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 19, 06 2018  
1º Secretário

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** É assegurado o direito ao fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

**Art. 2º** O fornecimento dos óculos se dará pelo Poder Público Estadual à criança comprovadamente carente, cujos responsáveis não tenham condições financeiras para suportar a respectiva despesa sem prejuízo da subsistência da família.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, considera-se comprovadamente carente a pessoa que comprove renda familiar mensal não superior a 3 (três) salários mínimos estipulados pelo Governo Federal.

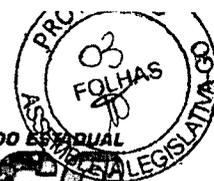
**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)

Gabinete Parlamentar



## JUSTIFICATIVA

Uma pesquisa inédita estudou a visão de recém-nascidos com microcefalia, e o resultado se soma à lista de preocupações provocadas pela doença. Quase 40% dos bebês analisados apresentaram alterações na retina e problemas graves nos olhos.

É a primeira vez no mundo que um grupo de pesquisas confirma graves lesões nos olhos provocadas pela microcefalia associada ao zika vírus.

Setenta e nove bebês com suspeita de microcefalia foram examinados. Os exames de 55 foram concluídos. Em 40 deles, a má formação foi provocada por zika vírus; cerca de 40% deles tiveram problemas anatômicos na formação dos olhos.

A estrutura cerebral neurológica estando comprometida, compromete também o nervo óptico e as canárias da retina. A visão das crianças se torna deficitária”, afirma Lina Ventura, presidente do Instituto Altino Ventura.

As duas alterações mais comuns foram: a atrofia da retina, que é uma espécie de cicatriz, e a alteração pigmentar, que são pequenas manchas na retina.

Na medicina isso ainda não era conhecido na doença. O comprometimento da visão vai ser avaliado, mas as lesões elas são muito sugestivas de que haverá uma perda da visão muito significativa em alguns destes pacientes”, expõe o professor de oftalmologia da Universidade de São Paulo, Maurício Maia.

Os médicos também confirmam: quanto mais cedo as grávidas tiveram o zika vírus, piores foram as consequências para os recém-nascidos.

Diante do exposto, submeto este projeto à apreciação dos meus Nobres Pares.

**PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA**, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.



**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Ao Sr. Dep. (s) Wesley de Sousa

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 19 / 06 / 2018.

Presidente:

Amargem



PROCESSO N.º : 2018002743  
INTERESSADO : DEPUTADO DIEGO SORGATTO  
ASSUNTO : Dispõe sobre o fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Diego Sorgatto, assegurando o direito ao fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

A proposição estabelece que o fornecimento dos óculos se dará pelo Poder Público Estadual à criança comprovadamente carente, cujos responsáveis não tenham condições financeiras para suportar a respectiva despesa sem prejuízo da subsistência da família, considerando-se comprovadamente carente, para tais fins, a pessoa que comprove renda familiar mensal não superior a 3 (três) salários mínimos estipulados pelo Governo Federal.

A justificativa da proposição informa que pesquisas recentemente realizadas na visão de recém-nascidos com microcefalia comprovaram que quase 40% (quarenta por cento) dos bebês analisados apresentaram alterações na retina e problemas graves nos olhos. Numa pesquisa, setenta e nove bebês com suspeita de microcefalia foram examinados. Os exames de 55 foram concluídos. Em 40 deles, a má formação foi provocada por zika vírus; cerca de 40% deles tiveram problemas anatômicos na formação dos olhos. A estrutura cerebral neurológica estando comprometida, compromete também o nervo óptico e as canárias da retina. A visão das crianças se torna deficitária, afirma Lina Ventura, presidente do Instituto Altino Ventura. As duas alterações mais comuns foram: a atrofia da retina, que é uma espécie de cicatriz, e a alteração pigmentar, que são pequenas manchas na retina. A proposição em pauta objetiva, portanto, instituir um direito em prol dessas crianças.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Constata-se que a propositura em pauta versa sobre matéria pertinente à **proteção e defesa da saúde**, matéria esta que insere-se no âmbito da **competência**

4



**legislativa concorrente** da União e dos Estados-membros, conforme art. 24, XII, da Constituição da República.

No que tange ao assunto em pauta, a União ainda não editou normas gerais regulando a matéria, motivo pelo qual o Estado de Goiás tem competência plena tanto para a edição de normas de caráter geral, quanto específico, conforme estabelece o art. 24, §§ 3º e 4º da Constituição da República.

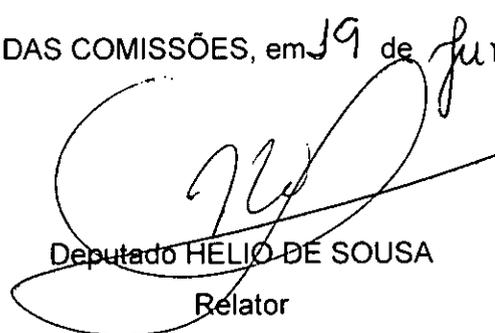
Neste ponto, importa registrar que as proposições versando sobre matéria pertinente ao serviço público estadual de saúde não se incluem dentro da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme alteração introduzida no art. 20 da Constituição Estadual, por meio da Emenda Constitucional n. 30, de 05 de setembro de 2001, que retirou tal assunto da iniciativa reservada do Governador.

Embora o fornecimento de óculos previstos no presente projeto de lei implique em despesas, este fato, por si só, não tem o condão de inserir esta matéria dentro da competência privativa do Governador do Estado (CE, art. 20, § 1º). Isso porque é legítima a iniciativa parlamentar nos projetos de lei que versem sobre serviços públicos, inclusive na hipótese de haver criação de despesa, desde que tal despesa tenha previsão orçamentária. Ou seja, a iniciativa parlamentar somente será vedada quando a respectiva despesa não encontrar guarida no orçamento vigente. Essa análise, no entanto, deverá ser realizada, oportunamente, no âmbito da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

Por tais razões, não vislumbramos qualquer óbice constitucional ou legal que impeça a aprovação desta matéria, a qual é plenamente compatível com o sistema constitucional vigente.

Por tais razões, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** da proposição em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 19 de junho de 2018.

  
Deputado HELIO DE SOUSA  
Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 2743/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 23 / 08 / 2018.

Presidente:

*[Handwritten signature]*  
Ass.  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

*[Large handwritten signature]*



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

  
**Rubens Bueno Sardinha da Costa**  
Diretor Parlamentar



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



**DIEGO  
SORGATTO**  
Deputado Estadual  
Dignidade e Trabalho por Goiás

**REQUERIMENTO GABINETE Nº 001/2019**

Excelentíssimo Senhor  
**LISSAUER VIEIRA**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás -  
GOIÂNIA-GO

*DEFERIDO. À DIRETORIA  
PARLAMENTAR PARA AS  
DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.*

*EM 07.03.2019.*

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE.

O deputado que o presente subscreve, com assento nesta Casa, com fulcro no Art. 16, inciso II, alínea c, do Regimento Interno, no cumprimento do dever, vem, respeitosamente, requerer à Mesa que sejam **DESARQUIVADOS OS PROCESSOS LEGISLATIVOS** abaixo relacionados:

2018000498	2018003694
2018001887	2018003696
2018001889	2018003973
2018002016	2018004586
2018002181	2018004686
2018002743	2018004690
2018002862	2018004691
2018002884	

Tal requerimento se justifica pelo fato da necessidade de dar continuidade no andamento dos processos legislativos na 19ª Legislatura.

Isto posto, pela oportunidade, justiça e urgência do presente requerimento, espera o autor a aprovação pelos Nobres Pares.

**SALA DAS SESSÕES**, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



DESPACHO

APROVADO O PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO, À COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL.

EM 27 DE Junho DE 2019.

1º SECRETÁRIO



Comissão de  
**Saúde e  
Promoção Social**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Ao Senhor (a) Deputado (a) Rafael Goulart

PARA RELATAR

Sala da Comissão de Saúde e Promoção Social

Em 10/04/19

  
Deputado Estadual Gustavo Sebba - PSDB

Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social

**PROCESSO Nº:** 2018002743

**INTERESSADO:** DEPUTADO DIEGO SORGATTO

**ASSUNTO:** Dispõe sobre o fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

## RELATÓRIO

Incorrem os autos sobre projeto de lei do Deputado Diego Sorgatto que dispõe sobre o fornecimento gratuito de óculos às crianças que possuam deficiência ou enfermidade na visão devido a microcefalia.

O proposto supratranscrito foi acompanhado de justificativa.

Subsequente foi relatado pelo ilustre Deputado Hélio de Sousa na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Após, o processo foi relatado com parecer favorável ao projeto.

Em seguida, seguiu à Comissão Temática Permanente, que distribuído a este Deputado, segue para manifestação.

**Eis o relatório. Segue manifestação.**

A proposição é justificada no fato de que foi feita uma pesquisa que estudou a visão de recém-nascidos com microcefalia e obtendo o resultado de que estando comprometida a estrutura cerebral, compromete também o nervo óptico e as canálias da retina. Sendo assim, conclui-se que há dano evidente e a visão das crianças se torna deficitária.

JCCA

Foram utilizados setenta e nove bebês com suspeita de microcefalia, sendo que os exames de 55 foram concluídos. Em 40 deles, a má formação foi provocada por zika vírus e cerca de 40% deles tiveram problemas anatômicos na formação dos olhos.

As alterações mais comuns foram: a atrofia da retina, que é uma espécie de cicatriz, e a alteração pigmentar, que são pequenas manchas na retina.

Citado anteriormente em relatório pelo nobre Deputado Helio de Sousa, a União ainda não editou normas gerais regulando a matéria, motivo pelo qual o Estado de Goiás tem total autonomia para edição das normas de cunho geral, quanto específico, conforme estabelece o art. 24 §§ 3º e 5º da Constituição da República.

O proposto deverá ser analisado no âmbito da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento afim de verificar a possibilidade de inserir as despesas com o projeto no orçamento vigente.

Por tais razões, não vislumbramos qualquer óbice constitucional ou legal que impeça a aprovação desta matéria, a qual é plenamente compatível com o sistema constitucional vigente.

Pelo supracitado, somos pela Constitucionalidade e juridicidade da propositura em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 21 de maio de 2019.

Deputado RAFAEL GOUVEIA

Relator

JCCA

**A COMISSÃO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL APROVA O PARECER DO RELATOR  
FAVORÁVEL A MATERIA**

Processo nº. 2018002743

Sala da Comissão de Saúde e Promoção Social

Em 21/05/19

Deputado Gustavo Sebba-PSDB

Presidente da Comissão de Saúde e Promoção Social